

Guerra Justa e a retórica do imperialismo no século XXI: uma análise do vocabulário político de Obama (2008-2014)

Igor Marques de Carvalho¹

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo analisar a centralidade do conceito de Guerra Justa para o pensamento político eurocêntrico, refletindo sobre como essa ideia atuou como justificativa para o avanço do imperialismo em diferentes momentos. A categoria, surgida na Antiguidade e desenvolvida no período medieval e moderno, foi, já no século XXI, mobilizada por Obama em seu discurso de aceitação do Nobel da Paz, em 2009, e esteve, ao longo de sua administração, diretamente associada a um processo de suavização dos discursos do imperialismo após Bush. Analisando o discurso do Prêmio Nobel da Paz a partir de seus objetivos narrativos e pela sua construção através de pares opostos, busca-se compreender com maior profundidade a construção do vocabulário político de Obama e a mobilização empreendida no contexto de crise de credibilidade do imperialismo estadunidense, no qual o conceito de Guerra Justa atuou diretamente para justificativa da manutenção e do avanço das ações militares do país.

Palavras-chave: Guerra Justa; Imperialismo; Análise do Discurso; Vocabulário político.

JUST WAR AND THE RHETORIC OF IMPERIALISM IN THE 21ST CENTURY: AN ANALYSIS OF OBAMA'S POLITICAL VOCABULARY (2008-2014)

Abstract: This research aims to analyze the centrality of the concept of Just War to Eurocentric political thought, reflecting on how this idea acted as a justification for the advancement of imperialism at different moments. The category, which emerged in Antiquity and was developed in the medieval and modern periods, was mobilized in the 21st century by Obama in his Nobel Peace Prize acceptance speech in 2009 and was, throughout his administration, directly associated with a process of softening the discourses of imperialism after Bush. By analyzing the Nobel Peace Prize speech based on its narrative objectives and its construction through opposing pairs, this study seeks to gain a deeper understanding of the construction of Obama's political vocabulary and the mobilization undertaken in the context of the US imperialism's credibility crisis, wherein the concept of Just War directly served to justify the maintenance and advancement of the country's military actions.

Keywords: Just War; Imperialism; Discourse Analysis; Political vocabulary.

O conceito de Guerra Justa, formulado ainda na Antiguidade, tornou-se, com o passar dos séculos, parte integrante do pensamento político europeu. Sua dimensão

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Desenvolve pesquisas sobre imperialismo no século XXI, política externa dos Estados Unidos e BRICS. E-mail: igormdecarvalho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9423-0459>.

inicial, é claro, não dá conta de seu desenvolvimento como conceito ao longo do tempo. O entendimento de que as ideias estão diretamente ligadas às dimensões materiais de sua época encontra ampla validade para pensar o conceito, de modo que, em diferentes contextos, ele foi sucessivamente reformulado e adaptado pelos pensamentos políticos dominantes em seus projetos de dominação.

Essa categoria, evocada em diferentes contextos históricos – desde as Cruzadas até as guerras contra os povos originários no processo de colonização do território americano –, foi pensada pelos mais variados autores. Sua formulação inicial por nomes como Cícero (106-43 a.C), Sêneca (4 a.C.-65 d.C) e Paulo de Tarso (5-67), ainda na Antiguidade, foi posteriormente apropriada por filósofos cristãos, como Agostinho de Hipona (354-430) e Tomás de Aquino (ca. 1225-1274), e mais tarde, à luz da construção do direito internacional moderno, pelo pensamento de autores como Hugo Grotius (1584-1645), Emmerich de Vattel (1714-1767) e Immanuel Kant (1724-1804). Esse percurso indica a centralidade de sua permanência na construção do eurocentrismo².

Na contemporaneidade, o conceito ainda permeia o pensamento dominante e o imaginário de líderes políticos. A ideia esteve, inclusive, presente no desenvolvimento da teoria política marxista-leninista, por meio de sua validade para a concepção clausewitziana, apropriada também por Marx e Engels, da guerra como a “continuação da política por outros meios” (Clausewitz, 2010), tornando-se ainda objeto de importante reconceituação por parte de Lênin em alguns de seus artigos de denúncia da Guerra de 1914³.

Os conflitos armados perpetrados pelos Estados Unidos desde os anos finais da Guerra Fria, a começar pela Guerra do Golfo e, posteriormente, pela chamada Guerra ao Terror, revelam, em suas práticas e discursos, a permanência da ideia de Guerra Justa e, especialmente, da construção de uma “paz justa” aos interesses do vencedor. Entendo, portanto, que a retórica da Guerra Justa foi central na construção do vocabulário político de Obama, na medida em que a sua administração atuou diretamente refletindo a respeito desses critérios sobre a guerra e a paz.

A partir da metodologia apresentada primeiramente por Leite e Resende (2023), será empreendida uma análise que busca refletir sobre aspectos distintos dos discursos, como sua dimensão narrativa (Greimas, 1983) e a construção do discurso por meio de pares opostos (Hansen, 2006). Essas duas metodologias, embora distintas, complementam-se e permitem a plena compreensão do vocabulário político de Obama, em especial do conceito de Guerra Justa, exposto de maneira direta em seu discurso de aceitação do Nobel da Paz.

A busca pela justificativa do avanço da ação imperialista encontra, nos critérios da Guerra Justa, uma série de parâmetros a serem mobilizados no discurso do imperialismo. Com isso, o presente trabalho busca tratar da construção desse conceito como parte importante do pensamento político moderno, trabalhado a partir da ideia de eurocentrismo exposta por Amin (2021) e articulado a uma reflexão sobre sua aplicação no vocabulário político do imperialismo estadunidense no contexto contemporâneo.

² Como eurocentrismo entende-se a ideia trabalhada por Samir Amin em *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia* (2021). Essa perspectiva será apresentada detalhadamente mais adiante.

³ A coletânea de artigos de Lênin sobre a temática da guerra, compilada pela Edições Progresso de Moscou, intitula-se justamente *Guerras justas e injustas* (1985), o que evidencia a centralidade do conceito em seu pensamento sobre o tema. A visão de Lênin será trabalhada de forma mais pormenorizada na última seção deste trabalho.

A Guerra Justa da Antiguidade ao eurocentrismo

Os debates a respeito da guerra e da paz são centrais na história da humanidade. De certo modo, a construção de signos em torno dos conflitos faz parte da construção do imaginário de povos e civilizações, cujas origens podem ser percebidas em elementos como a *Ilíada* de Homero. Heráclito (como citado em Fiori, 2018b, p. 97) aponta a guerra como “o pai de todas as coisas”; a guerra era, então, encarada como parte de um relevante conflito, no qual ambos os lados julgavam-se do lado do “bem”, da “verdade” e da “justiça”. Essa dimensão dialética da guerra exerceu profunda influência no desenvolvimento do conceito, na medida em que, com o próprio crescimento dos conflitos bélicos a uma maior escala, a reflexão a respeito das condições da guerra e da paz se tornou cada vez mais central.

A partir do pensamento de Heráclito, Fiori (2018b, p. 97) aponta que a guerra “seria a forma específica de conflito que está na origem de um tipo particular de ética e justiça, a ética e justiça ‘internacionais’, que propõem definir critérios de regulação e arbitragem das relações entre os povos e as nações”. Assim, as guerras, desde o princípio da humanidade, atuam de modo a promover os interesses do vencedor a partir da imposição de uma paz que atenda a seus desejos.

Nesse sentido, as origens da ideia de Guerra Justa podem ser encontradas ainda na Antiguidade, a partir de uma perspectiva que busca conciliar visões pragmáticas e pacifistas da guerra no período. Cumpre notar que, de certa maneira, autores considerados pioneiros na teoria da Guerra Justa, como Cícero, atuam na codificação de princípios já consagrados nas guerras da Antiguidade. Desde o final do século V a.C., com avanços, recuos e contradições, ideias como a necessidade de uma declaração de guerra e o impedimento de ataque a não combatentes já faziam parte dos costumes helênicos.

Em sua obra *De Officiis*, Cícero apresenta o que considera os princípios básicos para uma Guerra Justa. Assim como a utilização posterior do conceito na modernidade e na contemporaneidade, a ideia de Guerra Justa desenvolvida por Cícero está relacionada diretamente aos objetivos expansionistas e à cosmovisão romana, de modo que funcionava como justificativa para a ação bélica. A visão romana em relação a guerra “estava firmemente baseada na ideia de que Roma precisava cumprir uma série de procedimentos semelhantes a um julgamento, a fim de garantir que suas guerras pudessem ser retratadas como defensivas e que os deuses estariam, portanto, ao seu lado” (Whetham, 2023, p. 7). Então, os princípios proclamados por Cícero não poderiam estar deslocados das necessidades políticas, sociais e religiosas do período.

Entre tais princípios estavam: que a guerra fosse declarada por uma autoridade legítima, que fosse travada em defesa própria, que tivesse como objetivo a paz, que fosse conduzida de maneira justa e que os derrotados fossem tratados com imparcialidade (Cicero, 1991, pp. 14-17). Com base nesses critérios básicos, as ideias de justiça na guerra foram codificadas, exercendo forte influência no pensamento político do período e preservando elementos que permanecem até os dias de hoje.

A partir desses pontos trazidos por Cícero e da contribuição de autores como Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, o conceito de Guerra Justa passou a abrigar duas importantes dimensões: o *jus in bellum* (direito na guerra) e o *jus ad bellum* (direito à guerra), tratando, respectivamente, da dimensão da justiça no campo de batalha e da

legitimidade da ação bélica. Embora ambas possuam importante centralidade no debate a respeito do conceito, a dimensão do *jus ad bellum* encontra importante valia no âmbito da análise deste trabalho, pois é justamente essa dimensão que tem sido mobilizada na ação imperialista contemporânea, por exemplo. O desenvolvimento histórico da ideia de *jus ad bellum* insere critérios como a causa justa, a autoridade legítima, a intenção correta, a proporcionalidade, a esperança de sucesso e a guerra como último recurso (Snaeuwaert, 2004, p. 127).

Ao refletir sobre as visões modernas do conceito de Guerra Justa, chega-se ao papel central que a ideia de superioridade da civilização europeia exerce sobre o pensamento hegemônico do período. Nesse sentido, desde seu princípio, a expansão marítima europeia e toda a dominação dela resultante estiveram relacionadas a imperativos que procuravam a justiça na ação de conversão forçada e de guerras contra os povos originários do continente americano, por exemplo. Em particular, visões como a de Immanuel Kant, em seu livro *À paz perpétua* (2020), relacionam-se com a busca pela superação do conteúdo estritamente religioso que marcava a expansão e a guerra, como desenvolvido por Agostinho e Tomás de Aquino, inserindo uma dimensão “cosmopolita” de expansão dos valores ideológicos e civilizacionais europeus.

A construção do eurocentrismo, a partir do período renascentista, insere-se em um importante período de transição do que Amin aponta como a passagem da época tributária para o capitalismo. Nesse contexto, de maneira complexa e não linear, há a superação da alienação metafísica e religiosa para a alienação mercantil, própria do capitalismo (Amin, 2021, p. 25). Entendendo o eurocentrismo como um culturalismo, a visão de Samir Amin busca oferecer uma compreensão de como o desenvolvimento do capitalismo criou as bases para a expressão de uma cultura universal, simbolizada pelos valores europeus.

Com isso, a busca pela homogeneização do globo está intimamente relacionada com os objetivos europeus do período. A conquista do continente americano apresenta, segundo Amin, um marco importante em um processo histórico já em andamento, possibilitando aos europeus a tomada de consciência da possibilidade da conquista mundial de sua civilização (Amin, 2021, p. 83). A espécie de “salto qualitativo” que o avanço ultramarino permitiu se deu não só no plano econômico, mas também no plano ideológico, com a difusão das ideologias que sustentavam a expansão material.

Com o colonialismo, o racismo e a opressão dos povos não europeus, buscou-se construir a polarização centro-periferia que marca o sistema mundial moderno até os dias de hoje. O âmbito cultural, portanto, não pode ser dissociado das pretensões de universalização do próprio modo de produção capitalista. Apesar disso, conforme explica Amin (2021, p. 11), como culturalismo, o eurocentrismo tem uma dialética entre universalismo e antiuniversalismo: “É, então, anti-universalista [sic], porque não se interessa em descobrir eventuais leis gerais da evolução humana. Mas apresenta-se como um universalismo, uma vez que propõe a todos a imitação de um modelo ocidental como única solução aos desafios do nosso tempo”.

A validade do conceito como um culturalismo se insere na sua perspectiva de dimensão ideológica do capitalismo, caracterizando “as atitudes dominantes comuns no conjunto das sociedades do mundo capitalista desenvolvido” (Amin, 2021, p. 17). Portanto, uma visão crítica do eurocentrismo deve buscar compreender as maneiras como o próprio desenvolvimento do capitalismo exerce pressão sobre o desenvolvimento de ideologias que busquem justificar seus ideais de expansão universal.

O desenvolvimento de um sistema mundial desigual, baseado na exploração centro-periferia, foi o que possibilitou o próprio desenvolvimento europeu em larga escala. Diante disso, comprehende-se que a própria inserção da Teoria da Guerra Justa no pensamento europeu pós-renascentista está relacionada às contradições do rompimento com o pensamento hegemônico da Igreja, inserindo-se de maneira dual em dinâmicas da formação do capitalismo e do sistema-mundo moderno, e contribuindo para o avanço dessa exploração.

O próprio caráter dialético das guerras, nesse contexto, manifesta-se na busca, por todos os lados beligerantes, de definir os critérios de “verdade”, “bem” e “mal”, de modo a impor a sua visão do que seria uma “guerra justa”. No caso do pensamento político europeu dominante, as formas de guerra consideradas justas tiveram papel central no avanço de sua dominação. Conforme Fiori, a Guerra Justa é “uma guerra em que se disputa o ‘critério de arbitragem’ da própria guerra, ou seja, de decisão sobre quem está do lado ‘justo’ da guerra, numa circularidade lógica sem ponto” (Fiori, 2018b, p. 87).

Em um momento de definição de uma “nova ordem mundial”, como o pós-Guerra Fria, inaugurou-se um período de avanço do eurocentrismo e de suas pretensões de homogeneização dos modos de vida dos povos do planeta. O marco inicial dessa nova ordem, ainda antes da desagregação do bloco socialista, foi a Guerra do Golfo (1990-1991), que se tornou um importante elemento de debates a respeito não só da nova configuração de poder, mas também da natureza ética da própria guerra e dos meios nos quais ela é travada.

Nesse cenário, a Guerra do Golfo, em análises da época, foi considerada uma Guerra Justa por intelectuais renomados como Norberto Bobbio (como citado em Fiori, 2018a, p. 13), o que foi alvo de intensa polêmica e repercussão no período e suscitou respostas diversas, como de José Luís Fiori, que defenderia o conceito de “guerra ética”. A própria fundamentação dos ataques ao Iraque de Saddam Hussein, nesse contexto, está relacionada à busca pela razão na ordem mundial, ou melhor, insere-se em mais um modo por meio do qual o racionalismo eurocêntrico busca ampliar a sua influência, especialmente em um período em que se vê sem qualquer adversário capaz de impedir seu avanço. O Oriente Médio, nesse contexto, é visto pelo pensamento eurocêntrico a partir de um ponto de vista orientalista, de modo que a região é concebida como a “última fronteira” da racionalidade em um período de avanço da hegemonia ocidental.

A Guerra do Golfo, então, teve papel semelhante ao dos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki ao final da Segunda Guerra Mundial: buscou assentar a posição hegemônica estadunidense e ditar as condições éticas da nova ordem mundial em construção. Fiori aponta, ainda, que essa guerra teve função de renovar a credibilidade dos Estados Unidos em um contexto no qual os debates acerca de seu declínio⁴ estavam em ebulição (Fiori, 2018a). Se a vitória na Segunda Guerra Mundial buscava assegurar a arquitetura financeira internacional baseada na hegemonia do dólar e o papel das novas instituições internacionais, como a ONU, o FMI e o Banco Mundial (Zortéa Vieira, 2021, p. 268), a Guerra do Golfo tinha por objetivo assegurar um caminho livre para o avanço de uma “Belle Époque neoliberal” (Davies, 2014, p. 36).

⁴ Os debates a respeito do declínio da hegemonia estadunidense mobilizaram parte importante do nascente campo da Economia Política Internacional ao longo da década de 1980, influenciando de modo significativo os debates contemporâneos a respeito do fenômeno do imperialismo e da construção da multipolaridade no século XXI.

Posteriormente, as idealizações de invasão do Oriente Médio por parte dos neoconservadores ligados a George W. Bush e o período da Guerra ao Terror já estavam inseridos em um contexto de recrudescimento na retórica da Guerra Justa, que vinha desde a “inauguração” dessa ordem do pós-Guerra Fria. Considerando essa nova conjuntura política mundial, havia uma maior possibilidade de ação unilateral por parte dos Estados Unidos, reacendendo os debates a respeito de questões relacionadas à justiça na guerra. O *jus ad bellum*, ou seja, as justificativas para o início de uma guerra, adquiriu, então, papel central na própria retórica do Imperialismo.

Intervenções humanitárias, expansão da democracia e guerra ao terrorismo e ao narcotráfico são alguns dos elementos construídos – de maneira prática e discursiva – como as novas justificativas para a ação imperial unilateral dos Estados Unidos. Além disso, a tradição da Guerra Justa, como argumentado anteriormente, adquiriu tamanha influência no pensamento político eurocêntrico que seus princípios, como o da justa causa e da legítima defesa, encontram-se arraigados na forma de pensar e agir dos impérios.

A Guerra ao Terror travada pelos Estados Unidos buscou, portanto, legitimar-se a partir dos princípios modernos da Guerra Justa. Os ataques de 11 de setembro de 2001 serviram como um importante pretexto para evocar princípios como o da “justa causa” e do “último recurso”, a partir de uma construção midiática e discursiva que buscava causar pânico na opinião pública em um contexto de supostos ataques a toda a civilização ocidental. Outros princípios da Guerra Justa, como de “autoridade legítima”, “intenção correta” e “esperança de sucesso”, apareciam, nesse contexto, como parte intrínseca da ação do imperialismo estadunidense.

Entende-se que a tradição e a teoria de Guerra Justa, como aponta Alex J. Bellamy, acabam por oferecer “uma estrutura que proporciona tanto uma linguagem moral comum e um guia de como os líderes políticos e militares devem prosseguir com a sua guerra, conscientes da necessidade de minimizar os danos” (Bellamy, 2005, p. 291). Embora apresente visão que se aproxima da legitimação da guerra contra o terrorismo, o autor argumenta que a Guerra Justa é a categoria filosófica que melhor possibilita a avaliação da Guerra ao Terror. A “injustiça” dessa guerra, para o autor, se apresenta não no *jus ad bellum* ou nas justificativas para a ação, mas no *jus in bellum*, em virtude da desproporcionalidade dos combates (Bellamy, 2005, p. 293).

No contexto contemporâneo de guerra ao terrorismo, a Guerra Justa se insere em meio a importantes mudanças na ordem mundial. A emergência de grande pressão por parte da opinião pública nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental, expressa em importantes e massivos protestos contra as guerras e o avanço da repressão decorrente das leis antiterrorismo, altera a correlação interna de forças nos Estados Unidos, ampliando a rejeição às próprias políticas imperiais (Moniz Bandeira, 2021).

Durante esse período, os países imperialistas, em especial os Estados Unidos, precisaram construir as bases de um vocabulário político que ampliasse as justificativas de suas ações e atuar na própria construção do imperialismo contemporâneo. A busca pela manutenção da hegemonia ao longo do período do pós-Guerra Fria, portanto, atuou enquanto importante balizador para a ação do imperialismo, encontrando ecos na ação prática dos seus líderes, como no caso de Obama.

A linguagem do império: construção do vocabulário político de Obama (2008-2014)

Domenico Losurdo, em *A linguagem do império* (2010), busca trabalhar com a existência de um léxico básico da ideologia estadunidense. Mobilizando alguns dos principais “verbetes” desse léxico, o autor volta-se a compreender como eles influenciam a ação imperial do país. Escrito durante os eventos e o desenvolvimento da Guerra ao Terror, o conjunto de termos selecionados reflete, principalmente, os discursos em torno das guerras, incluindo ideias como “terrorismo”, “fundamentalismo”, “antiamericanismo”, “ódio contra o Ocidente”, “antisemitismo”, “antissionismo” e “filoislamismo”.

A escolha em questão reflete a centralidade do Oriente Médio e de suas disputas para o imperialismo ao longo da primeira década do século XXI, indicando diversas questões relacionadas às próprias justificativas da Guerra ao Terror. Em certa medida, a construção do vocabulário político do imperialismo estadunidense apresenta visões comuns a todos os presidentes, qualquer que seja sua vinculação partidária. Segundo Moniz Bandeira, a política externa de um país – independente dos homens ou partidos no poder – tende a refletir as necessidades de seu processo produtivo interno, no qual é articulado e representado pelo Estado (Moniz Bandeira, 2011, p. 36). Embora cada administração construa suas particularidades discursivas, Losurdo argumenta que um léxico básico é formado, além das dimensões apresentadas em seu livro, por noções como “democracia”, “mercado”, “liberdade” e “direitos humanos”.

Em um período de profunda crise de popularidade de George W. Bush, a eleição de Obama serviu como parte de um esforço para suavizar a desgastada imagem dos Estados Unidos, em particular a imagem arrogante trazida pela administração Bush (Cruz, 2012, p. 118). Em meio aos resultados ruins da Guerra do Iraque e da própria economia do país, com a crise de 2008, pesquisas de opinião realizadas nos Estados Unidos e no exterior revelaram o avanço expressivo da oposição a Bush e à sua Guerra ao Terror, bem como do sentimento antiamericano em outros países, incluindo em nações aliadas (Moniz Bandeira, 2021, p. 90). A escolha por Obama se deu em um contexto no qual o seu adversário, o neoconservador John McCain, prometia aprofundar a plataforma externa de Bush, defendendo o avanço das guerras e da ação unilateral dos Estados Unidos.

Para as grandes empresas que financiaram a campanha de Obama, serviu o princípio de que, invariavelmente, “Um presidente americano moderno – Republicano ou Democrata – opera como mensageiro-servo das corporações do país, defendendo-as de seus críticos e assegurando que nenhum obstáculo será colocado em seu caminho” (Ali, 2010, p. 75, tradução minha⁵). Por mais que, em um primeiro momento, Obama tenha buscado crescer eleitoralmente a partir de uma posição inovadora e progressista para os padrões estadunidenses, rapidamente cedeu às pressões dos líderes de seu próprio partido e de seus financiadores, incorporando importantes nomes do Partido Democrata à sua equipe e, após eleito, fazendo concessões inclusive ao Partido Republicano, como a manutenção de ministros de Bush.

Essa “acomodação”, no entanto, foi natural, tendo em vista a posição de Obama naquela disputa eleitoral. Sua candidatura, embora buscassem, no plano retórico, representar as populações marginalizadas e a juventude do país, era a principal aposta

⁵ No original: A modern American president – Republican or Democrat – operates as the messenger-servant of the country's corporations, defending them against their critics and ensuring that no obstacles are placed in their Way.

das grandes corporações, tendo recebido valores recordes de financiamento. O período de campanha eleitoral de Obama, considerando seus discursos e promessas, escancarou a posição de um candidato que, em um contexto de avanço do neoconservadorismo e da própria repressão interna e externa, apresentava-se como “ultra-moderado” [sic] (Ali, 2010, p. 8), buscando atuar de modo a tornar mais “razoáveis” os planos de manutenção da hegemonia estadunidense.

A posição de razoabilidade de Obama se reflete em sua defesa das liberdades civis e do engajamento externo dos Estados Unidos, construindo uma narrativa segundo a qual a experiência com Bush teria representado um afastamento dos verdadeiros valores estadunidenses. A construção política de Obama, nesse cenário, apresentou-se como uma inflexão em relação à guinada neoconservadora na política dos Estados Unidos que, de certo modo, encontrava-se afastada quanto às necessidades da Grande Estratégia do país.

Refletindo a busca pela superação das categorias proferidas por Bush, Obama atuou na ressignificação discursiva de diferentes termos, sem, contudo, promover grandes mudanças no conteúdo prático das ações. O próprio termo “Guerra ao Terror” deixaria de ser utilizado, sem que isso implicasse o fim dos combates contra grupos terroristas no Oriente Médio, ao menos no curto prazo. Além disso, Obama ficaria marcado por receber o Prêmio Nobel da Paz, em 2009, primeiro ano de mandato. Em grande medida, esse prêmio lhe foi concedido com base em promessas de campanha ainda insuficientes, como a retirada “responsável” do Iraque, a não proliferação nuclear, o fim das práticas de tortura pela CIA e outras agências de segurança e o fechamento de centros de detenção ilegal, como Guantánamo e Abu-Ghraib.

Em seu discurso de aceitação do Nobel da Paz, paradoxalmente, Obama utilizou o espaço para defender a guerra e, a partir do conceito de Guerra Justa, explicitou os motivos pelos quais os Estados Unidos teriam o direito de atuar em conflitos. O resgate direto do conceito de Guerra Justa encontrou base na busca de Obama e de seus correligionários pelo resgate dos valores de política externa do Partido Democrata, incluindo a dimensão “humanitária” da ação externa dos Estados Unidos, como ocorreu na administração Clinton.

Nesse cenário, os discursos de Obama – em especial a utilização do conceito de Guerra Justa – tornaram-se centrais para o entendimento da maneira como sua administração buscou construir consensos e mobilizar emoções na sociedade em torno de ameaças que poderiam, potencialmente, atingir o país. Impactando diretamente a formulação das Estratégias de Segurança Nacional analisadas anteriormente, esses discursos estavam relacionados com a busca pela manutenção do domínio do próprio imperialismo estadunidense sobre a economia e a política mundiais.

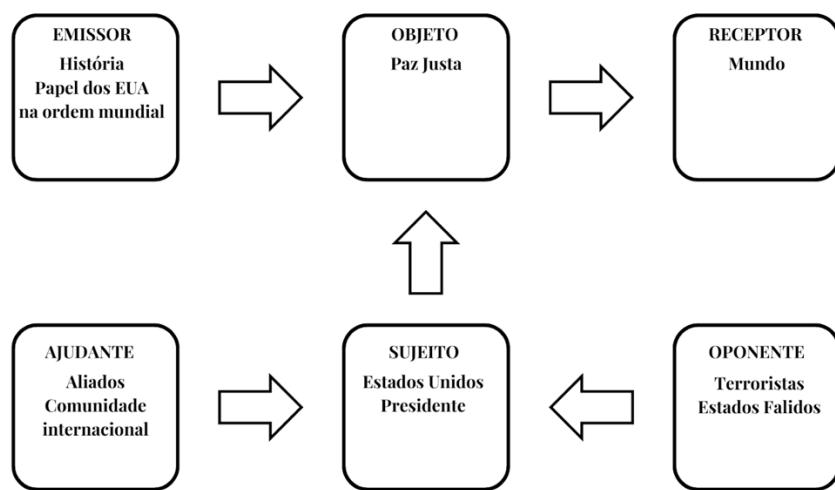
Em sua construção discursiva, Obama reforçou práticas históricas de discursos de líderes do país. Seu próprio lema “Sim, nós podemos” (“Yes, we can”, no original) era, por si só, reflexo das ideias de excepcionalismo do país e expressava o sentimento de que poderiam realizar qualquer feito justamente por serem quem são: americanos (Leite; Resende, 2023, p. 120). Sua posição discursiva, em um momento importante para o futuro do país, adequou-se às necessidades do imperialismo estadunidense, refletindo a necessidade de adaptação à conjuntura do século XXI.

Com base na análise do discurso de Obama, em que são combinadas as metodologias de narratologia e de vinculação e diferenciação (Leite; Resende, 2023), é possível aprofundar a compreensão da articulação discursiva que ele desenvolve.

Segundo Hansen (2006), pode-se realizar a análise dos principais termos utilizados em discursos com base na relação de pares opostos, a fim de compreender a construção de identidades e signos. A construção do discurso com base nesses pares, como exposto pela autora, também permite compreender como ocorre a construção do “inimigo” nos Estados Unidos. Questões relacionadas a “guerra e paz”, “ordem e caos”, “democracia e tirania”, “justiça e injustiça” etc. articulam-se de modo a produzir, a partir dos discursos, uma visão de “certo e errado” e de “bem e mal” na história.

Greimas (1983), com sua ideia de “narratologia”, foca na articulação discursiva e na forma como as narrativas são construídas, tendo como base três pares dicotômicos que são padrões básicos em qualquer narrativa: sujeito/objeto, emissor/receptor e ajudante/oponente. A aplicação desse modelo ao discurso de Obama pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 – Modelo de narratologia aplicado ao discurso de Obama no Prêmio Nobel da Paz



Fonte: elaboração própria.

Esses seis pontos permitem que sejam trabalhados aspectos importantes da destinação do discurso, como o realizador (sujeito), quem irá ajudar ou combater sua missão (ajudantes e oponentes), seu objetivo (objeto) e a quem o discurso se dirige (receptor). Além disso, a figura do emissor (do inglês *sender*) atua como uma figura superior que “impõe” as necessidades do sujeito. Essa figura é frequentemente utilizada no contexto dos Estados Unidos como uma evocação de sua história e excepcionalismo⁶, algo presente, também, nos discursos de Obama.

Essas metodologias, atuando de maneira combinada, permitem não só o entendimento da construção e dos objetivos narrativos dos discursos, mas também a apreensão de como os discursos operam a partir da oposição e distinção de categorias apresentadas como o oposto do que o líder e a nação querem e devem alcançar. Assim,

⁶ A ideia do excepcionalismo estadunidense faz parte da base da identidade nacional do país, atuando, também, de modo a justificar e reforçar suas posições externas em diversos momentos da história. Aspectos como a necessidade de projeção da "liderança" em âmbito externo, por exemplo, fazem parte da busca pela afirmação do papel dos Estados Unidos no progresso da humanidade. Essa ideologia fundamentou-se em diversas doutrinas ao longo da história, como a Doutrina Monroe (1823) e a Doutrina Truman (1947), que buscavam explicitar a ação externa do país baseada nos princípios de superioridade dos Estados Unidos.

acredito que seja possível uma compreensão mais completa da maneira como os discursos buscam mobilizar e influenciar seus alvos.

O discurso do Prêmio Nobel da Paz (2009): uma defesa da guerra?

Em 2009, Barack Obama, recém-empossado presidente dos Estados Unidos, recebeu o Prêmio Nobel da Paz, honraria que, especialmente para o mundo Ocidental, representa profundo reconhecimento. No entanto, diversas seleções desse prêmio se tornaram polêmicas, como a concessão a criminosos de guerra, como Henry Kissinger, e ao presidente da maior potência imperialista do mundo, Obama.

Segundo o testamento de Alfred Nobel, a distinção busca reconhecer aqueles que contribuíram para “avançar a fraternidade entre nações, pela abolição ou redução de exércitos permanentes e pela realização e promoção de congressos pela paz” (The Nobel Prize, 2025, parág. 16, tradução minha⁷). Entretanto, a controversa escolha de Obama como laureado não cumpriu nenhum dos critérios estabelecidos. O comitê do prêmio, ao contrário, baseou-se apenas nas promessas de Obama como candidato, entre as quais figuravam o fim da guerra no Iraque, a vitória contra a Al-Qaeda e o Talibã, o fechamento das prisões e centros ilegais de tortura de Guantánamo e Abu-Ghraib e o avanço do combate às mudanças climáticas e à proliferação nuclear.

Tais promessas ficaram no campo do discurso. Na prática, Obama promoveu um brutal aumento de assassinatos por drones, realizando mais ataques em 2009 (primeiro ano de governo e quando foi laureado com o prêmio) do que seu antecessor nos oito anos de “Guerra ao Terror”. Além disso, não cumpriu a promessa de retirada do Iraque, deixando o país imerso em conflitos internos e externos. Obama também não fechou os centros ilegais de detenção, continuou com a prática de torturas e de ataques aos direitos humanos, e pouco avançou nos esforços contra a proliferação nuclear.

Apesar da simbologia do prêmio, em seu discurso de aceitação, o mandatário estadunidense defendeu as guerras com base no argumento de que “os instrumentos da guerra exercem um papel na preservação da paz” (Obama, 2009). Reconhecendo a controvérsia e a polêmica da premiação, proferiu um discurso profundamente apologético sobre o papel dos Estados Unidos na ordem mundial desde o fim da Segunda Guerra Mundial, relembrando a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a Guerra do Golfo, a ação nos Balcãs e a Guerra ao Terror.

O papel dos Estados Unidos foi resgatado com base na ideia de “fardo”, comum ao pensamento eurocêntrico do imperialismo. Para Obama, a segurança internacional desde o pós-Segunda Guerra Mundial era responsabilidade e fruto da ação direta dos Estados Unidos:

Nós carregamos esse fardo não porque buscamos impor nossa vontade. Fizemos isso por interesse próprio esclarecido — porque buscamos um futuro melhor para nossos filhos e netos e acreditamos que suas vidas serão melhores

⁷ No original: ... advance fellowship among nations, the abolition or reduction of standing armies, and the establishment and promotion of peace congresses.

se os filhos e netos de outras pessoas puderem viver em liberdade e prosperidade.
(Obama, 2009, tradução minha⁸)

A defesa do papel dos Estados Unidos no período passa, também, pela justificação direta das políticas de intervenção humanitária e da ação armada unilateral, abrindo margem para a interpretação de que se trata, igualmente, de legitimação de ataques preventivos.

O discurso do Nobel da Paz, pela própria dimensão midiática da premiação, foi destinado não ao eleitorado de Obama nem ao povo estadunidense, mas ao mundo. Com isso, o presidente buscou projetar uma retórica de mudanças na ação do imperialismo, ampliar o apoio público em países aliados e refletir sobre aspectos gerais do sistema mundial, especialmente com relação ao papel dos Estados Unidos em questões de segurança.

No entanto, o conteúdo mais importante do discurso é a declaração de que, apesar de não trazer soluções definitivas para o problema das guerras, é preciso pensar novas ideias sobre guerra justa e da paz justa. A utilização das noções de Guerra Justa por Obama suscitou profunda discussão acerca do conceito, sua história e sua aplicabilidade. Como tratado anteriormente neste trabalho, o conceito de Guerra Justa foi e é parte central do pensamento eurocêntrico, e Obama se situa como imerso nessa tradição.

Obama apresentou a visão comum de que a guerra sempre esteve presente na humanidade e que, durante muito tempo, sua moralidade não foi questionada, pois era apenas uma maneira de diferentes povos resolverem seus problemas. Contudo, com o desenvolvimento de códigos legais que buscavam controlar a violência entre grupos na sociedade, filósofos também passaram a refletir a respeito das condições da guerra.

A ideia de Guerra Justa surgiu de forma a delimitar condições para que uma guerra fosse justificável. Obama, então, evocou alguns dos princípios básicos da Guerra Justa – como a ideia de último recurso ou legítima defesa, de o uso da força ser proporcional e de, sempre que possível, civis serem poupadados da violência – e ressaltou que raramente tais condições haviam sido respeitadas (Obama, 2009). Ora, não foram nem mesmo em seu governo.

A ação dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro foi justificada pelo princípio da legítima defesa: o país se julgava no direito de combater os terroristas que atacaram seu território. Entretanto, em nenhum momento os combates no Afeganistão e no Iraque, ou qualquer outro combate dos Estados Unidos, basearam-se na proporcionalidade ou evitaram mortes de civis, sendo que a própria configuração de guerra assimétrica e a deterioração das condições básicas de vida nos países em conflito revelam essa dimensão.

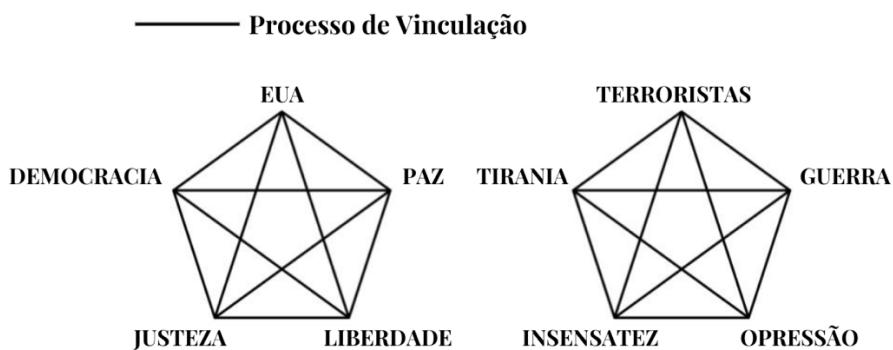
Com isso, a ideia de que em alguns momentos o uso da força é “moralmente justificável” (Obama, 2009) está presente no pensamento político de Obama, que busca contrapor noções de “justeza” e “insensatez” nas ações armadas. Por mais que suas ações práticas não tenham sido profundamente diferentes das de seu antecessor, a justificativa e a retórica por trás dos combates buscavam ser construídas de forma

⁸ No original: We have borne this burden not because we seek to impose our will. We have done so out of enlightened self-interest – because we seek a better future for our children and grandchildren, and we believe that their lives will be better if others' children and grandchildren can live in freedom and prosperity.

distinta, inclusive marcando diferenças explícitas em relação a como Bush havia conduzido os conflitos anteriormente.

As guerras “herdadas” por Obama passaram pela construção de novas estratégias e visões, que buscavam refletir os novos princípios da administração. Assim, o discurso no Nobel da Paz aprofundou a visão de Obama a respeito da “justeza” da ação no Afeganistão, em oposição a uma guerra marcada pela “insensatez” no Iraque. Essa busca por diferenciação no âmbito discursivo vai além da simples disputa política no bipartidarismo estadunidense. Trata-se de parte integrante desse processo de suavização dos discursos do imperialismo empreendido por Obama. Os principais processos de vinculação presentes nesse discurso podem ser visualizados na Figura 2.

Figura 2 – Processos de vinculação no discurso de Obama no Prêmio Nobel da Paz



Fonte: elaboração própria.

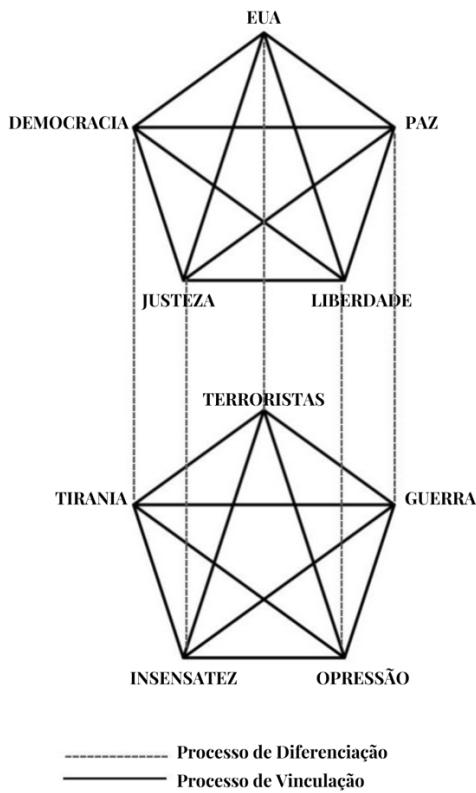
A busca por uma “paz justa e duradoura” constituiu uma das principais idealizações do discurso de Obama. Para além da dimensão das guerras nas quais o país estava diretamente envolvido, a paz tinha uma conotação sistêmica para Obama, relacionada ao conflito entre as grandes potências e à ameaça nuclear. Nesse sentido, além da busca pela redução das ogivas nucleares, a não proliferação, isto é, que novos países não adquirissem armas nucleares, tornou-se uma preocupação central, sendo Irã e Coreia do Norte apresentados como países que colocariam o mundo em risco.

Afastando-se da questão do conflito interimperialista e das disputas com países que desafiavam a hegemonia estadunidense, a questão dos “Estados falidos” também era apontada como crucial. Intimamente vinculados às perspectivas de intervenção humanitária, os Estados falidos são Estados que não conseguem prover o mínimo para sua população e que, em diversos cenários, estão imersos na violência e na guerra civil. Assim, a possibilidade de ação para preservar a “liberdade” de indivíduos desses países em oposição à “opressão” vivida em um contexto calamitoso está presente na política de Obama e na tradição de seu partido. Os processos de vinculação e diferenciação mobilizados por Obama nesse discurso são apresentados na Figura 3.

Citando a tensão entre realistas e idealistas no campo da política externa dos Estados Unidos, Obama buscou rejeitar os prognósticos de “busca restrita de interesses ou uma campanha interminável para impor nossos valores ao redor do mundo” (Obama, 2009), argumentando que a paz se torna instável quando é negado aos cidadãos a liberdade de expressão, de culto, de voto e de reunião, de modo que a democracia, aos moldes ocidentais, é uma condição essencial para a paz. Semelhante à condição kantiana da “República”, na sua ideia de “paz perpétua”, a democracia é idealizada, de modo a

parecer um sistema sem conflitos e sem guerras, relacionando-se também às diversas teorias da “paz democrática” (Barkawi; Laffey, 1999).

Figura 3 – Processos de vinculação e diferenciação no discurso de Obama no Prêmio Nobel da Paz



Fonte: elaboração própria.

Com isso, novamente a “democracia” é construída como oposta à tirania, ressaltando o papel da liberdade e da justeza do regime democrático. Obama, apesar de não questionar diretamente o próprio sistema estadunidense, busca em diversos momentos contrapor-se às posições autoritárias de Bush, proclamando uma política “mais democrática”, “mais justa” e que “retome os reais valores americanos” (Obama, 2009).

A procura de Obama por uma “paz justa”, por certo, não pode ser encarada de maneira separada dos imperativos de Guerra Justa. No entanto, a busca por esses conceitos na contemporaneidade, para além de sua carga histórica, leva à reflexão trazida por Fiori, segundo a qual “toda guerra é ética e toda paz é injusta”. Ou pelo menos, toda guerra tem uma dimensão ética, e nenhuma paz conquistada através da guerra será justa, do ponto de vista dos derrotados” (Fiori, 2018b, p. 99). Essa visão torna-se importante para a compreensão de que, mesmo em um conflito contra um ente não estatal, como no caso da guerra ao terrorismo, a guerra continua a ser um conflito de opositos, em que o critério de arbitragem está em disputa e todos os lados julgam estar do lado correto.

O discurso de Obama no Prêmio Nobel da Paz, portanto, insere-se em uma dimensão importante da suavização dos discursos do imperialismo após o conturbado período Bush. Apesar da controvérsia, a ideia de Guerra Justa serviu para configurar a ação da própria Guerra ao Terror, principalmente no cenário do Afeganistão, como parte

de esforços de autodefesa dos Estados Unidos e de seu “fardo” de garantir a segurança mundial.

No período de “Choque de Fundamentalismos” (Ali, 2002), isto é, entre o fundamentalismo imperialista eurocêntrico e o fundamentalismo islâmico, a Guerra Justa foi apresentada como parte fundamental do eurocentrismo, que, assim como figuras como a do “fardo do homem branco”, serve como arcabouço teórico e jurídico para justificar e fundamentar internacionalmente as ações do imperialismo. Em um momento em que a ação imperialista dos Estados Unidos passava por uma crise de credibilidade, a retomada do conceito atuou no sentido de atenuar esse processo e garantir a sua perpetuação.

Considerações finais

Na leitura de Ali, Obama é “nada mais do que a aparição mais inventiva do próprio Império” (2010, p. 33, tradução minha⁹). O candidato do Partido Democrata apareceu como o escolhido das grandes corporações do país, tendo arrecadado valor recorde para financiar sua campanha. Rapidamente, ainda antes das primárias, precisou acomodar-se aos desígnios dessa elite e do *establishment* de seu partido.

Quando eleito e mesmo após anos no cargo, não apresentou grandes rupturas em relação a seu antecessor, porém “em termos propagandísticos, houve melhora significativa. Não é por acaso que um dos principais colunistas – e um dos mais inteligentes – pôde, meio ironicamente, enumerar os cinco acontecimentos mais importantes de 2009 como sendo discursos de Obama” (Ali, 2010, p. 71, tradução minha¹⁰). Os discursos tinham um papel central no processo de ascensão de Obama, cujo carisma marcou um importante ponto de diferenciação de Bush e dos neoconservadores.

Ali ainda aponta que:

No Cairo, em West Point, em Oslo, o mundo foi brindado com uma homilia edificante após a outra, cada discurso recheado com todos os eufemismos flagrantes que os redatores de discursos da Casa Branca puderam reunir para descrever a brilhante missão dos Estados Unidos no mundo e fazer uma modesta declaração de admiração e o senso de responsabilidade em levá-la adiante. (Ali, 2010, p. 71-72, tradução¹¹ e grifo meus)

Nesse sentido, os discursos analisados neste trabalho buscaram compreender tanto sua dimensão narrativa a partir de suas “homilias” e “sermões” quanto a maneira pela qual seus discursos buscavam mobilizar, por meio de um processo de vinculação e diferenciação, diferentes projetos políticos a serem alcançados ou combatidos.

Em um de seus principais discursos, o de aceitação do Prêmio Nobel da Paz de 2009, Obama não só delimitou suas visões sobre as guerras em curso, mas também fez

⁹ No original: Obama is little more than the Empire's most inventive apparition of itself

¹⁰ No original: But propagandistically, there has been a significant upgrade. It is no accident that a leading columnist – and one of the more intelligent – could, only half ironically, list the five most important events of 2009 as so many speeches by Obama.

¹¹ No original: In Cairo, at West Point, in Oslo, the world has been treated to one uplifting homily after another, each address larded with every egregious euphemism that White House speechwriters could muster to describe America's glowing mission in the world and make a modest avowal of awe and the sense of responsibility in carrying it forward.

apologia do papel dos Estados Unidos na ordem mundial contemporânea. A ação do país é vista como um “fardo” que precisa ser cumprido a fim de garantir a paz e a segurança mundiais. Juntamente a isso, fundamenta, com base na Teoria da Guerra Justa, a justeza das ações do país.

Resgatando uma teoria que remonta à Antiguidade e que foi parte essencial da formação do pensamento político europeu, Obama demonstra como esse conceito encontra base no pensamento de líderes vinculados ao fundamentalismo eurocêntrico. Por mais que, em muitos casos, não apareça de maneira direta nos discursos e documentos dos países imperialistas, frequentemente funciona como arcabouço jurídico e teórico de suas ações externas, de modo que os vagos critérios que definem uma ação justa podem ser facilmente manipulados por meio dos seus discursos e de seu controle das ideias e das instituições.

No sistema imperialista, no entanto, a Guerra Justa deve passar por uma reconceituação. Para além dos vagos critérios pronunciados e desenvolvidos desde a Antiguidade pelo pensamento dominante, a guerra deve ser encarada em suas particularidades históricas e em suas relações de classe. De fato, elas devem ser compreendidas com base no modo como se relacionam com o processo de luta de classes no país e internacionalmente, julgando seu caráter progressivo ou opressivo e refletindo sobre “*com que finalidade* se faz a guerra, por *quais classes* ela é feita, *com que objectivo político*” (Lênin, 1985, p. 65).

As Guerras Justas na era do imperialismo, como apontado por Lênin (1985), são precisamente aquelas que buscam romper com as amarras da opressão do capital financeiro reacionário e proteger o povo contra seus ataques. Ao contrário do que defende Obama, portanto, as guerras imperialistas apoiadas pela burguesia dos Estados Unidos e das potências imperialistas nada têm de justas: são, na verdade, guerras de rapina, feitas para explorar as riquezas dos povos oprimidos de todo o globo e para ampliar sua condição de hegemonia.

A reflexão trazida por Lênin ainda durante a Primeira Guerra Mundial permanece essencial: “*sob o capitalismo, quais outros meios que não a guerra para se eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação do capital, por um lado, e, por outro, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro?*” (Lênin, 2012, p. 135). Com isso, acredito que sua teoria da Guerra Justa deve ser encarada como parte central da sua teoria do imperialismo, na medida em que ambas refletem a respeito das condições de expansão do capitalismo e dos monopólios de maneira global.

Em meio a um contexto de avanço da repressão aos povos de todo o mundo, seja pela ação direta dos países imperialistas e de seus monopólios, seja pelas mudanças legais resultantes deste período de “guerra ao terrorismo” – como as diversas leis antiterrorismo que criminalizam movimentos sociais –, é preciso cada vez mais refletir sobre quais forças sociais defendem a continuidade e o avanço das guerras no mundo. É fundamental proclamar o caráter injusto das guerras imperialistas e afirmar que as únicas guerras realmente justas são aquelas que defendem o fim da opressão imperialista e a autodeterminação das nações e dos povos.

Referências bibliográficas

- Ali, T. (2002). *Confronto de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade*. Record.
- Ali, T. (2010). *The Obama syndrome*. Verso Books.
- Amin, S. (2021). *O eurocentrismo: crítica de uma ideologia*. Lavrapalavra.
- Barkawi, T., & Laffey, M. (1999). The imperial peace: Democracy, force and globalization. *European Journal of International Relations*, 5(4), 403–434.
- Bellamy, A. J. (2005). Is the War on Terror Just? *International Relations*, 19(3), 275–296.
- Cicero. (1991). *On duties*. Cambridge University Press.
- Clausewitz, C. (2010). *Da guerra* (3^a ed.). Martins Fontes.
- Cruz, S. (2012). *Os Estados Unidos no desconcerto do mundo: ensaios de interpretação*. Editora Unesp.
- Davies, W. (2014). *The limits of neoliberalism: Authority, sovereignty and the logic of competition*. Sage.
- Fiori, J. L. (2018a). Prefácio – Guerra do Golfo: uma guerra ética. In J. L. Fiori (Org.), *Sobre a guerra* (pp. 13–20). Vozes.
- Fiori, J. L. (2018b). Dialética da guerra e da paz. In J. L. Fiori (Org.), *Sobre a guerra* (pp. 75–102). Vozes.
- Greimas, A. J. (1983). *Structural semantics*. University of Nebraska Press.
- Hansen, L. (2006). *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. Routledge.
- Kant, I. (2020). *À paz perpétua*. Vozes.
- Leite, L., & Resende, E. (2023). The construction of threats and enemies in US presidential discourses (1993-2013). *Topoi*, 24(52), p. 103–130.
- Lênin, V. I. (1985). *Guerras justas e injustas*. Edições Progresso.
- Lênin, V. I. (2012). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Expressão Popular.
- Losurdo, D. (2010). *A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense*. Boitempo.
- Moniz Bandeira, L. A. (2021). *A desordem mundial: o espectro da total dominação*. Civilização Brasileira.
- Moniz Bandeira, L. A. (2011). *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Civilização Brasileira.
- Obama, B. (2009, December 10). *Full speech: Obama accepts Nobel Peace Prize*. ABC News. <https://abcnews.go.com/Politics/obama-accepts-nobel-peace-prize-full-speech/story?id=9299766>.
- Snaauwaert, D. (2004). The Bush Doctrine and Just War Theory. *OJPCR: The Online Journal of Peace and Conflict Resolution*, 6(1), 121-135.
- The Nobel Prize. (2025). Full text of Alfred Nobel's will. NobelPrize.org. Nobel Prize Outreach 2025. Wed. 10 Dec 2025. <https://www.nobelprize.org/alfred-nobel/full-text-of-alfred-nobels-will-2/>.
- Whetham, D. (2023). A tradição da guerra justa: um compromisso pragmático. *Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, [S. I.], 36, 1–14.

Zortéa Vieira, R. (2021). A Guerra do Paraguai e a “Paz de Assunção” de 1872. In J. L. Fiori. *Sobre a paz. Vozes* (pp. 268-288).

DOI desta publicação: <https://doi.org/10.34024/4qm5xr32>.